JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal — Ano XII — Nº 2.396/85 — Brasília, 19 a 25 de junho de 2006 — EDIÇÃO SEMANAL

Ao contrário do texto final do relator da CPI, Garibaldi Alves, votos em separado de Magno Malta e de Alvaro Dias pedem a definitiva proibição no país do funcionamento dos bingos e outros jogos de azar

Proibição a casas de bingo une governo e oposição

PÁGINA 3

MEIO AMBIENTE

MARLENE BERGAMO/FOLHA IMAGEM

Para o Conselho Mundial da Água, da ONU, falta do recurso já afeta 1,1 bilhão de pessoas e em 2025 poderá atingir dois terços da população

Escassez de água potável ameaça vida no planeta

PÁGINAS 6 E 7

e mais...

AGENDA — Página 2

PERGUNTE AO SENADOR — Página 9

FRASES — Página 9

VOZ DO LEITOR — Página 9

ACONTECEU NO SENADO — Página 11

Partidos indicam integrantes de nova CPI até terça-feira

PSDB e PDT já indicaram seus representantes na CPI que investigará fraudes na compra de ambulâncias com recursos do Orçamento, apontadas pela Operação Sanguessuga, da Polícia Federal. Para Renan Calheiros, proximidade de eleições não prejudicará trabalhos.

PÁGINA 5

Meirelles na CAE: país mantém inflação baixa

PÁGINA 4

Votação da LDO pode ser obstruída em Plenário

PÁGINA 2

cidadania

Dependência de droga é doença e tem tratamento

Fatores emocionais e predisposição biológica estão entre as causas do uso abusivo de drogas. O *Especial Cidadania* fala sobre programas de tratamento para dependentes químicos.

PÁGINA 12

gendagendaendagen**agenda**gendagendagendagen

Votação da LDO sob ameaça de obstrução

O deputado Ricardo Barros (PP-PR) anunciou na sessão do Congresso de quarta-feira que pretende obstruir a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2007 caso o presidente do Senado, Renan Calheiros, não coloque em exame o projeto (PRS 2/05) que modifica a tramitação do Orçamento. Barros é o autor da proposta, que esteve prestes a ser votada por duas vezes nas últimas semanas, mas não foi por falta de acordo partidário.

O projeto da LDO deve chegar ao Plenário assim que for concluído o exame na Comissão Mista de Orçamento (CMO), onde pode ir a votação nesta semana.

Pela legislação, o Congresso Nacional tem de votar a LDO até o dia 17 de julho, véspera do início do recesso parlamentar. Caso a base governista não consiga colocar no Plenário pelo menos 41 senadores e 257 deputados, Barros pode pedir verificação de quórum e com isso derrubar a sessão.

O texto recebeu várias emendas, entre elas uma que reduz à metade o número de deputados e senadores na CMO (de 84 para 40). Outra impede que um mesmo parlamentar possa ser reconduzido todo ano para o colegiado. As emendas, aceitas inicialmente pelas lideranças, encontraram resistência entre os deputados e senadores.

O projeto proíbe ainda emendas de comissão redigidas genericamente, de forma que, na sua execução, possam ser direcionadas a interesses dos parlamentares que as apresentam.

Quatro novas MPs trancam a pauta

O presidente do Senado, Renan Calheiros, leu na terça-feira quatro medidas provisórias (MPs) que chegaram ao Senado com prazo de votação vencido, somando-se, portanto, a duas outras que já trancavam a pauta da Casa.

Entre as medidas lidas por Renan está a que atualiza o valor do salário mínimo (PLV 18/06) a partir de 1º de maio deste ano de R$ 300 para R$ 350.

A MP 290/06 abre crédito de cerca de R$ 1,7 bilhão para diversos órgãos do Executivo, entre eles a Presidência da República, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres.

A MP 289/06 abre crédito extraordinário de R$ 738 milhões em favor dos ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Por último, está a MP que abre crédito extraordinário de R$ 361,5 milhões para o Ministério dos Transportes, na forma de projeto de lei de conversão à MP 287/06.

A pauta do Plenário já estava trancada por duas medidas provisórias com prazo de votação esgotado: a MP 284/06, que amplia a formalização do emprego doméstico no país, e a MP 286/06, que abre crédito extra-

Comissão Mista de Saneamento debate emendas

A Comissão Mista de Saneamento Básico debateu na quarta-feira emendas à minuta de projeto de lei do relator, deputado Júlio Lopes (PP-RJ). A proposta de Lopes, após serem acatadas ou não as alterações sugeridas pelos membros do colegiado, deverá ser examinada nesta semana. No total, foram apresentadas 23 emendas e um substitutivo, da deputada Maria do Carmo Lara (PT-MG).

Durante a reunião, o presidente da comissão, senador César Borges (PFL-BA), cobrou do governo definição sobre o saneamento básico no país para apresentar aos parlamentares. Segundo ele, uma decisão do Executivo poderá permitir o avanço das negociações para a votação do projeto de marco regulatório para o setor.

– Queremos que o governo participe desse debate, mas uma parte dele radicaliza e quer impor um modelo que já foi superado nas negociações da comissão – disse o senador, acrescentando que a comissão está muito próxima de ter um projeto comum para ser apresentado ao Congresso Nacional.

Presidência

J. FREITAS

O presidente do Senado, Renan Calheiros (*D*), recebeu o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Adylson Motta, que lhe entregou o relatório das contas do governo referentes a 2005. O documento será agora votado pelo Congresso. O TCU aprovou as contas com 30 ressalvas e 16 recomendações à administração federal.

Supremo dá posse a dois ministros

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou na quarta-feira da posse de dois novos ministros no Superior Tribunal de Justiça (STJ): os desembargadores Humberto Eustáquio Soares Martins, de Alagoas, e Massami Uyeda, de São Paulo.

Também estiveram presentes à solenidade os senadores José Sarney (PMDB-AP), Edison Lobão (PFL-MA), Gilvam Borges (PMDB-AP), Luiz Otávio (PMDB-PA) e João Tenório (PSDB-AL), além do deputado Ciro Nogueira (PP-PI), que representou o presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo.

Félix pede pressa para Lei Antidroga

O general Jorge Armando Félix, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional e presidente do Conselho Nacional Antidrogas, solicitou ao presidente do Senado, Renan Calheiros, a inclusão, na pauta de votações, do projeto (PLS 115/02) que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas.

Tião Viana recebe embaixador da OMS

O vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC), recebeu o embaixador da Boa Vontade da Organização Mundial da Saúde (OMS) para a Extinção da Hanseníase, Yohei Sasakawa. O embaixador disse que o Japão obteve sucesso no combate à doença, que inclui o fim do confinamento e o pagamento de indenizações aos doentes.

Comissões

TERÇA-FEIRA

10h – MEIO AMBIENTE, DIREITOS DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Metas fiscais e monetárias – O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, vai avaliar o cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

11h30 – MEIO AMBIENTE, DIREITOS DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Defesa do consumidor – Em análise, proposta para estabelecer que, no fornecimento de bens e serviços executados de forma contínua, o fornecedor deverá estender aos contratos em vigor, a critério do consumidor, as condições oferecidas para adesão de novos consumidores. **Autor:** senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE). **Relator:** senador Aelton Freitas (PL-MG).

Escassez de água – Também está em discussão proposta que obriga a veiculação de advertência sobre consumo e escassez de água. **Autor:** senador Marcelo Crivella (PRB-RJ). **Relator:** senador Leomar Quintanilha (PCdoB-TO).

QUARTA-FEIRA

9h30 – ASSUNTOS SOCIAIS

Homenagem – Na primeira parte da reunião, será realizada solenidade de aposição dos retratos dos senadores Romero Jucá (PMDB-RR) e Lúcia Vânia (PSDB-GO) na galeria de ex-presidentes da Comissão de Assuntos Sociais.

Anabolizantes – Os senadores analisam ainda "Relatório sobre a situação dos esteróides anabolizantes no Brasil", feito pela Associação Brasileira de Estudos e Combate ao Dopping. O estudo deve dar origem a novos projetos para coibir o uso dos anabolizantes.

Plenário

SEGUNDA-FEIRA

14h - Sessão não-deliberativa

TERÇA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa

Empregados domésticos - Tranca a pauta o projeto da medida provisória (MP 284/06) que permite deduzir do IR a contribuição previdenciária do empregador doméstico. A medida busca incentivar as pessoas a assinar a carteira dos domésticos, formalizando o vínculo empregatício e garantindo os direitos trabalhistas dos empregados.

Crédito extraordinário - Quatro medidas provisórias que liberam créditos para órgãos da administração pública trancam a pauta de votações. São R$ 250,5 milhões aos ministérios da Justiça, da Previdência Social e do Esporte; R$ 361,5 milhões para o Ministério dos Transportes; R$ 738 milhões para os ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e R$ 1,7 bilhão para outros órgãos do Poder Executivo.

Reajuste do mínimo - Também está na pauta o projeto da Medida Provisória 288/06, que reajusta o salário mínimo de R$ 300 para R$ 350 a partir de 1º de abril deste ano. Os deputados aprovaram destaque que estendeu o mesmo reajuste (16,66%) do mínimo aos aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social.

QUARTA-FEIRA

11h - Sessão especial

Brizola - Será realizada sessão especial em homenagem à memória de Leonel Brizola, ex-governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro e ex-presidente do PDT, falecido há dois anos.

14h - Sessão deliberativa

Agenda em aberto - Como a pauta está trancada, a definição da agenda depende do resultado da sessão anterior. Se não forem votadas na terça-feira, as MPs continuam na pauta das sessões seguintes.

QUINTA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa

Agenda em aberto - A definição da agenda depende do resultado da sessão anterior, em razão de a pauta estar trancada.

SEXTA-FEIRA

9h - Sessão não-deliberativa

CPI DOS BINGOS Depois de um ano de investigação, relatório final será posto a prova, em votação prevista para esta semana

Senadores pedem proibição dos bingos

Na contramão do relator da CPI dos Bingos, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), os senadores Alvaro Dias (PSDB-PR) e Magno Malta (PL-ES) apresentaram voto em separado em que pedem a proibição definitiva do funcionamento das casas de bingo e de outros jogos de azar no Brasil.

No relatório final, cuja votação está prevista para esta semana, Garibaldi sugere projeto de lei que regulamenta os bingos, e outro que criminaliza todos os jogos de azar, entre eles caça-níqueis, bicho e cassino, hoje considerados apenas contravenção penal.

– Não posso deixar de aplaudir a retirada do jogo de azar da Lei de Contravenções Penais para realocá-lo no Código Penal, que é onde deve estar o jogo: um crime! Contudo, não vemos como possa esta CPI concluir seus trabalhos com a apresentação de projeto de lei regulamentando a atividade dos bingos – reclamou o senador Magno Malta, para quem "o Brasil não tem qualquer vocação para a jogatina".

Para isso, o senador pede em seu voto em separado a rejeição do relatório final do relator, apresentando em anexo projeto de lei que proíbe a exploração de todas as modalidades de jogos de bingo bem como dos jogos em máquinas eletrônicas e outras similares.

Por entender que a comissão de inquérito extrapolou as investigações acerca de fato determinado, Malta, que será acompanhado pelos governistas, exclui de seu voto todos os assuntos que, para ele, não estejam estreitamente ligados a jogos, como as investigações realizadas em Ribeirão Preto (SP), que envolvem o ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci.

Já o senador Alvaro Dias apresentou na semana retrasada o voto em separado em que inclui os nomes do chefe de gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Gilberto Carvalho, e do ex-deputado federal José Dirceu, que são citados no caso Celso Daniel.

Eles não aparecem na lista dos indiciáveis do relatório final porque, para o senador Garibaldi, não há provas contundentes que os envolvam no esquema de caixa dois montado em Santo André (SP).

GERALDO MAGELA

MOREIRA MARIZ

ROOSEWELT PINHEIRO

Garibaldi Alves Filho, relator da CPI, e os senadores Alvaro Dias e Magno Malta: outras propostas ao relatório

Jogatina desperta interesse de apenas 15%

Enquanto para 60% da população apostar nas loterias federais continua sendo uma grande mania, os bingos só despertam interesse de 15% dos brasileiros. Foi o que mostrou pesquisa realizada pelo DataSenado com 1.072 pessoas, em todo o país, em maio deste ano.

Com margem de erro de 3 pontos percentuais – para mais ou para menos –, a pesquisa indica que metade dos entrevistados é contra a legalização das casas de bingo, mas 30% se mostraram indiferentes à proposta.

Temerosos da grande relação dos bingos com a criminalidade, 50% disseram que o governo é que deveria administrar essas casas. Para 78% dos entrevistados, os bingos deveriam funcionar apenas em algumas áreas especiais nos municípios.

Mais da metade considerou que os bingos estão relacionados a práticas criminosas, entre elas lavagem de dinheiro, sonegação de impostos e aumento da violência, sendo que 35% os relacionaram ao vício e 43% não conseguiram ver nenhuma característica positiva nessa atividade.

Contudo, 40% reconheceram que o setor gera emprego, um dos argumentos mais utilizados pelos empresários da área, que lutam para manter abertas suas portas.

Os freqüentadores de casas de bingo estão divididos em diversas faixas etárias, sendo a maior porcentagem composta por pessoas com mais de 50 anos. Essa e outras características levantadas são similares às do grupo de pessoas que aposta em loterias.

Para o relator da CPI, senador Garibaldi Alves Filho, a preocupação com a lavagem de dinheiro – apontada por 31,2% dos entrevistados – e com a sonegação de impostos (13,4%) deverá ser sanada com a maior fiscalização das casas de bingo e com a reversão de parte da arrecadação para a segurança pública.

– O que não pode é ficar do jeito que está. Algo precisa ser feito – afirmou o senador.

CPI liga jogos a crimes e contravenções penais

As numerosas investigações realizadas pela CPI dos Bingos estabeleceram larga relação dos jogos com o crime organizado, lavagem de dinheiro, sonegação de impostos, utilização de "laranjas", financiamento ilegal de campanha, contrabando e outras contravenções.

No relatório final, o relator, senador Garibaldi Alves Filho, aponta que "o modo mais comum para se lavar dinheiro por meio do jogo de bingo é a compra de cartelas premiadas, com o correspondente pagamento do imposto de renda. Havendo esse acordo entre o agente criminoso e a casa de bingo, a operação será registrada no sistema como um sorteio comum".

A casa de bingo também pode lavar dinheiro fazendo acordos com os clientes para registrar a maior os prêmios. Investigações do Ministério Público constataram que várias comunicações efetuadas pelos bingos ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) "superdimensionam os valores dos prêmios pagos aos vencedores".

Grande diversidade de meios ilegais

Apesar de somente existir amparo legal para a exploração de serviços das loterias federais, pelo menos seis grandes grupos de sistemas de jogos estão em vigência: bingo; cassino; loterias federais e estaduais; cassinos e bingos virtuais; jogo do bicho; e as máquinas de jogos eletrônicos.

Muitos estados, desrespeitando legislação federal, criaram loterias e regulamentaram sua exploração, além de legislarem sobre jogos de azar, enquadrando tais modalidades como jogos lotéricos, a despeito de uma fiscalização efetiva.

> *"Os estados estabeleceram uma relação de promiscuidade com os bingos"*

– O Brasil proíbe o jogo, que funciona na clandestinidade e pune apenas pela Lei de Contravenções Penais, que não coloca ninguém na cadeia. Criou-se um estado de semilegalidade – analisa o procurador Celso Três, que trabalha no combate ao crime ligado ao setor.

O procurador ressalta que no Brasil falta fiscalização mais severa.

– Aqui não se fiscaliza nada. Os estados, por exemplo, estabeleceram uma relação de promiscuidade com os bingos. Até o governo federal fica sem moral porque também tem seus jogos, que também viciam, mesmo que em menor escala – aponta.

Propostas do relatório final da CPI dos Bingos

COMO É HOJE	O QUE PROPÕE O RELATOR
A regra, no ordenamento jurídico brasileiro, é a proibição do jogo de azar. É contravenção penal estabelecer ou explorar jogo de azar em lugar público ou acessível ao público.	Todos os jogos de azar passariam a ser criminalizados, com pena de reclusão de um a três anos e multa.
A Lei de Contravenções Penais define como jogo de azar aquele em que o ganho e a perda dependem exclusiva ou principalmente da sorte, ou toda atividade que, mediante a distribuição de bilhetes, listas, cupons, vales, cartelas, sinais, símbolos ou meios análogos, faz depender de sorteio a obtenção de prêmio em dinheiro ou bens de outra natureza, como é o caso do jogo de bingo.	Os bingos deixam de ser jogos de azar e passam a ser loterias. Pelo projeto de lei, considera-se bingo a realização de sorteio sobre conjunto de números, em ambiente físico ou virtual. Além disso, a exploração do jogo de bingo irá constituir serviço público de competência dos estados e do Distrito Federal e será executada, direta ou indiretamente, pelo órgão da administração designado pelo Poder Executivo estadual, nos termos da lei e do respectivo regulamento.
Nos termos dos incisos I e XX do artigo 22 da Constituição federal, compete privativamente à União legislar sobre direito penal e sobre sistemas de consórcios e sorteios.	Os estados federados e o Distrito Federal ficam autorizados a explorar loterias, como modalidade de serviço público, no âmbito de seus territórios, observadas as condições estabelecidas na lei. As loterias criadas deverão ser submetidas à aprovação da Caixa Econômica Federal.

Países divergem sobre regulamentação

Consulta realizada para a Federação Brasileira de Bingos (Febrabingo) em fevereiro do ano passado estabeleceu uma comparação entre os diferentes sistemas adotados com relação à prática de jogos em 16 países.

Suíça, Venezuela, África do Sul, Portugal e Austrália são exemplos de países que adotaram o sistema liberal, ou seja, autorizam a exploração econômica, comercial e profissional de jogos de azar.

Na contramão, na lista dos que adotaram o sistema tradicional – que estabelecem interdição de princípio à atividade de jogos de azar, mas que facultam ao legislador excepcionar –, estão Uruguai, Malta, Luxemburgo, França, Espanha, Bélgica, Chile e Brasil.

O relatório, realizado pela Castro & Lee Advogados e Consultores Associados, mostra que "grande número de países, por razões que tocam à saúde de seus cidadãos e à estabilidade social, proíbe toda e qualquer atividade de azar", contudo, mediante aspectos economicamente relevantes, esse perfil estaria mudando.

O estudo também demonstrou que os países que possuem legislação sobre a exploração comercial dos jogos de azar – cassinos e bingos – concentram seus esforços na regulamentação dos procedimentos de concessão da licença para essas atividades.

Para o procurador da República Celso Três, a regulamentação dos bingos no Brasil – se realizada – deve ser acompanhada de forte fiscalização e elitização do jogo.

– Na Espanha, as casas de jogo estão associadas a hotéis de luxo, a balneários, e não interferem na vida econômica dos que possuem baixa renda, como os aposentados – afirma. Segundo ele, a poupança popular tem de ser a maior preocupação quando se pensa na legalização dos bingos.

– A arrecadação de imposto e a geração de emprego são pífias se comparadas com o que a população perde nos bingos e em máquinas de caça-níqueis que realmente viciam – assinalou Celso Três.

COMISSÕES

MÁRCIA KALUME

Meirelles (*E*), ao lado de Luiz Otávio e de diretores do BC, defende política monetária do governo

Meirelles vê inflação baixa e estabilidade

O presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, disse na terça-feira, em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que a expectativa é de que o país cumpra as metas estabelecidas para a inflação deste ano, de 4,5%, e de 2007, de 5,5%, com um intervalo de tolerância de dois pontos percentuais para mais ou para menos. Segundo ele, o Conselho Monetário Nacional (CMN) deve fixar ainda neste mês a meta de inflação para 2008.

– A política monetária tem conseguido manter as expectativas de inflação sob controle. Há estabilidade – afirmou o presidente do BC, que esteve na CAE para falar sobre os critérios utilizados na definição da taxa de juros Selic e sobre a atuação do banco em relação aos benefícios para aposentados e pensionistas do Banespa.

Meirelles explicou aos senadores toda a implementação do regime de metas, instituído no Brasil em 1999, argumentando que atualmente é esse regime o mais bem-sucedido no combate à inflação e na promoção do crescimento econômico no mundo. No Brasil, as metas são definidas pelo CMN e cabe ao Banco Central cumprir essas determinações, usando como instrumento a taxa de juros de curtíssimo prazo – a Selic –, que regula as operações diárias para financiamento dos títulos públicos federais.

Sobre a possibilidade de baixar a taxa básica de juros, Meirelles disse que as ações do BC já sinalizam nessa direção. Mas observou que o banco precisa levar em conta uma série de fatores analisados pelo Conselho de Política Monetária (Copom) – órgão colegiado no âmbito do BC responsável pela decisão da taxa de juros – para estabelecer a taxa Selic.

O presidente do BC ressalvou que é importante a inflação não passar do intervalo preestabelecido, que hoje é de dois pontos percentuais. E discordou de críticas segundo as quais as taxas estão rígidas ou baixas, argumentando que as metas de inflação no Brasil ainda são relativamente mais altas e os intervalos de tolerância maiores do que em outros países que seguem o mesmo regime de política monetária, mesmo os emergentes.

Henrique Meirelles volta ao Congresso nesta terça-feira. Ele participa de audiência na Comissão Mista de Orçamento para falar sobre o cumprimento das metas das políticas monetária, creditícia e cambial no primeiro trimestre de 2006. A apresentação é uma exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal e tem como finalidade esclarecer os parlamentares sobre o impacto dessas políticas nas contas públicas.

Banespa: Justiça deve definir aposentadorias

Henrique Meirelles informou que o Banco Central ficará à disposição dos aposentados do Banespa para discutir reivindicações da categoria. No entanto, o dirigente ressaltou que a correção dos benefícios recebidos por ex-funcionários do banco – incorporado pelo Santander em 2004 – é de ordem jurídica e não pode ser decidida pelo BC.

Meirelles e seis diretores do Banco Central participaram da audiência na Comissão de Assuntos Econômicos para tratar da situação dos aposentados do Banespa por requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

De acordo com Suplicy, a Associação dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo (Afabesp) pleiteia o atendimento das reivindicações dos beneficiários do fundo previdenciário quanto ao respeito aos princípios de isonomia, eqüidade e direitos adquiridos, por meio da reabertura do Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensões do Banespa ou ainda a instituição de um novo plano.

O presidente do BC argumentou que a privatização do Banespa ocorreu no governo anterior e que só recentemente tomou conhecimento das reivindicações dos aposentados dessa instituição. De acordo com Henrique Meirelles, a Justiça é o foro adequado para decidir sobre a correção das aposentadorias dos ex-funcionários do Banespa.

– A questão é eminentemente jurídica, e não administrativa. A posição do Banco Central é a de supervisionar o sistema bancário e não tem poder de arbitragem jurídica entre as partes – explicou.

O edital de privatização do Banespa previa igualdade entre os reajustes dos aposentados e dos funcionários da ativa, concluiu o diretor de desestatização do BC, Antônio Gustavo do Vale.

Autorizado empréstimo para o Ceará

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou na terça-feira parecer favorável ao projeto de resolução (PRS 163/06) que autoriza o governo do Ceará a contrair empréstimo de até US$ 37,5 milhões com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird), mais conhecido como Banco Mundial. A verba será destinada ao combate à pobreza rural no estado. A matéria, que teve como relator o senador Romeu Tuma (PFL-SP), será apreciada em regime de urgência pelo Plenário.

A autorização para a contratação do empréstimo, com garantia da União, foi solicitada por meio de mensagem encaminhada ao Senado pelo Poder Executivo. De acordo com parecer da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), os recursos serão usados na ampliação de oportunidades sociais e econômicas para a população carente que vive em zonas rurais de municípios cearenses. A operação de crédito também será direcionada a aprimorar o acesso à infra-estrutura básica, social e econômica da população carente por meio de subprojetos comunitários no estado.

A CAE também aprovou a realização de audiência em que o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, deverá explicar o repasse de recursos públicos a entidades promotoras da reforma agrária. A audiência será realizada em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente (CMA), que ainda votará a proposição, de autoria do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM). A data da audiência só será definida após a votação na CMA.

Comissão debate violência contra idosos no Brasil

A legislação pode contribuir para o combate à violência contra os idosos, mas antes é preciso mudar a consciência pessoal, pois boa parte das agressões contra os mais velhos no Brasil é praticada no seio familiar.

A avaliação foi feita na segunda-feira pelo presidente do Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos (CNDI), Perly Cipriano, em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

A audiência foi realizada a requerimento do senador Paulo Paim (PT-RS) para debater questões relativas ao Dia Mundial de Combate à Violência contra o Idoso, comemorado em 15 de junho.

O debate teve a coordenação do presidente da CDH, senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

– A legislação não muda a violência cometida contra os idosos. Temos avançado muito e a discussão tem mobilizado os próprios idosos, mas a sociedade civil tem um papel preponderante nesse combate – disse Cipriano.

Ele ressaltou que, além da violência física, os idosos estão sujeitos à violência psicológica, que se traduz em humilhações, abandonos, descasos e opressões cometidos pela própria família.

A violência contra os idosos também reflete um déficit da democracia institucional, de acordo com o presidente da Associação dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência (Ampid), Paulo Roberto Barbosa Ramos. Segundo ele, as agressões poderiam diminuir se os direitos assegurados pela legislação estivessem garantidos a todos os cidadãos do país.

Ramos citou como exemplo artigo do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03) – de autoria de Paim e já em vigor – que assegurou aos idosos gratuidade no transporte interestadual e foi suspenso por decisão judicial. Para Ramos, o próprio Congresso Nacional poderia articular uma solução que garantisse a todos os idosos o usufruto do benefício.

Já a pesquisadora da Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz) Cecília Minayo ressaltou que os idosos não são "descartáveis". Segundo ela, dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) indicam que 60% dos idosos brasileiros trabalham, sendo 30% deles responsáveis pela manutenção de suas famílias. Esses índices, de acordo com Cecília Minayo, derrubam a tese de que os idosos dependem da família para sobreviver.

Advogada tem indicação para o STJ aprovada

CÉLIO AZEVEDO

Maria Thereza é advogada e professora de Direito na Universidade de São Paulo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou na quarta-feira parecer favorável do senador Romeu Tuma (PFL-SP) à mensagem da Presidência da República com a indicação do nome da advogada Maria Thereza Rocha de Assis Moura para compor o Superior Tribunal de Justiça (STJ) na vaga decorrente da aposentadoria do ministro José Arnaldo da Fonseca. A indicação será votada ainda em Plenário.

Maria Thereza é formada em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), com mestrado e doutorado pela mesma instituição. Tem também especialização em Direito Processual Penal e em Direito Penal Econômico Europeu, além de 27 cursos de extensão universitária em várias áreas correlatas. Professora doutora do Departamento de Direito Processual da Faculdade de Direito da USP desde 1998, a candidata ao cargo de ministra do STJ é autora de três livros e de vários artigos publicados no Brasil e no exterior.

Como advogada, Maria Thereza atua desde 1983, atualmente no escritório Zanoide de Moraes Advogados Associados, tendo também trabalhado na Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (Funap), no Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo e na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), entre outros.

Na sabatina, Tuma elogiou o currículo da advogada e afirmou que usará alguns dos livros e artigos dela como subsídio à apreciação de projetos sobre violência que tramitam na Casa. O senador Edison Lobão (PFL-MA) quis saber a opinião de Maria Thereza sobre a lentidão do Judiciário e Eduardo Suplicy (PT-SP) indagou sobre a eficácia das penas alternativas. Serys Slhessarenko (PT-MT) lembrou que a indicação de Maria Thereza é mais uma vitória da mulher brasileira.

Ao responder aos senadores, a advogada disse que é preciso dotar o Judiciário de estrutura para que ele se torne mais eficiente e célere. Ela defendeu ainda a fixação de penas alternativas para quem não necessita ficar preso e afirmou não acreditar que a redução da maioridade penal de 18 para 14 anos diminuirá a violência no país.

CONGRESSO

TSE adapta regras à minirreforma na lei

A minirreforma eleitoral aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente Lula em 11 de maio levou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a alterar na semana passada as regras já definidas para as eleições de outubro.

Por meio da Resolução 22.205, o TSE já adaptou duas instruções baixadas no início do ano – a que define o calendário eleitoral e a que altera a prestação de contas de campanhas. Nesta terça-feira deve ser alterada a instrução sobre propaganda eleitoral.

Mesmo com a determinação constitucional de que alterações nas leis eleitorais devem ser feitas um ano antes do pleito, o TSE decidiu, em 23 de maio, que pontos da minirreforma eleitoral não afetam o processo eleitoral propriamente dito e já seriam válidos para as eleições de outubro de 2006.

O que já vale para as eleições de outubro

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

Candidato e tesoureiro passam a ser solidariamente responsáveis pelas informações financeiras e contábeis da campanha e ambos devem assinar prestações de contas.

PROPAGANDA

Está proibida a distribuição de brindes (bonés, camisetas, chaveiros, cestas básicas, entre outras vantagem ao eleitor), a realização de showmícios com apresentação de artistas e propagandas em *outdoors*. Boca-de-urna também é proibida.

Até a antevéspera das eleições, pode ser publicada propaganda eleitoral paga na imprensa escrita com espaço máximo de um oitavo de página de jornal padrão e um quarto de página de revista ou tablóide, por edição.

DOAÇÕES

Entidades beneficentes, religiosas e esportivas e organizações não-governamentais que recebam recursos públicos, além de organizações da sociedade civil de interesse público, não podem fazer doações para campanhas.

É proibido ao candidato, entre o registro e a eleição, fazer doações a pessoas físicas ou jurídicas, em dinheiro.

PRESTAÇÃO DE CONTAS PELA INTERNET

Os partidos, coligações e candidatos são obrigados a divulgar na internet dois relatórios (em 6 de agosto e 6 de setembro), discriminando recursos em dinheiro ou estimáveis em dinheiro que tenham recebido para financiamento da campanha eleitoral.

CONTA ESPECÍFICA PARA A CAMPANHA

Candidatos e partidos só poderão movimentar uma conta bancária para despesas de campanha.

APRESENTADORES DE PROGRAMAS

A partir da convenção partidária (junho), as emissoras não poderão transmitir programa apresentado ou comentado por candidato que esteja disputando as eleições (atualmente, a proibição começa em 1º de agosto).

O que foi aprovado pelo Congresso, mas não vale para as próximas eleições

PROIBIÇÃO À VEICULAÇÃO DE IMAGENS EXTERNAS

Esse foi um dos quatro artigos da lei vetados pelo presidente Lula*. A intenção do Congresso era proibir o uso de imagens externas, com efeitos especiais, no horário eleitoral gratuito.

PROIBIÇÃO DE DIVULGAÇÃO DE PESQUISAS ELEITORAIS

Os ministros do TSE consideraram inconstitucional o artigo que proibia divulgar pesquisas eleitorais 15 dias antes das eleições.

TETO PARA OS GASTOS COM AS CAMPANHAS

O TSE considerou que o dispositivo não pode ser aplicado já nas próximas eleições.

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA VINCULADA ÀS ELEIÇÕES

Atualmente, o tamanho da bancada que assume o mandato na Câmara em fevereiro é a referência para definir a proporcionalidade na divisão de assentos nas comissões, bem como para dar ao partido com maior bancada o direito de indicar o candidato à Presidência da Casa. Esse número também serve para distribuição do tempo de propaganda partidária gratuita no rádio e na TV. O Congresso queria que fosse levado em conta o número de deputados eleitos, para desestimular o troca-troca de partido. Porém, o TSE considerou que a regra só passa a valer nas próximas eleições.

*Os vetos presidenciais ainda não foram apreciados pelo Congresso.

JANE ARAÚJO

JANE ARAÚJO

Para Renan, eleição não atrapalha; para Virgílio (*D, com Fernando Gabeira*), 30 dias seriam suficientes

PSDB e PDT indicam membros para CPI

PSDB e PDT já fizeram, na última sexta-feira, indicações de membros para a CPI mista que investigará fraudes na compra de ambulâncias, mediante apresentação de emendas ao Orçamento, conforme investigação desenvolvida pela Operação Sanguessuga, da Polícia Federal.

Na presidência da sessão, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), com base em ofícios dos líderes dos partidos, anunciou que o PSDB será representado na comissão de inquérito pelos senadores Arthur Virgílio (AM), Sérgio Guerra (PE) e Juvêncio da Fonseca (MS), como titulares, e Alvaro Dias (PR), Papaléo Paes (AP), Leonel Pavan (SC) e João Batista Motta (ES), como suplentes. Pelo PDT, o titular será o deputado João Fontes (SE) e o suplente, o deputado Miro Teixeira (RJ).

Depois do anúncio, o senador Paulo Paim (PT-RS) declarou que, em 30 dias, será possível à comissão realizar investigações e chegar a conclusões sobre se parlamentares praticaram ilícitos, pois a própria campanha eleitoral contribuirá para apressar resultados.

– Em 15 de julho começa o recesso. Em agosto e setembro realiza-se a disputa eleitoral. É natural que todos se esforcem para apressar a investigação, a fim de nos dedicarmos ao grande debate sobre o país que queremos. Nos próximos 15 dias, essa CPI estará funcionando.

Se houver fatos criminosos, Paim entende que cabe ao Ministério Público e à Polícia Federal a continuidade do processo para a punição dos culpados.

– Esses setores da Justiça estão trabalhando com muita firmeza, investigando o caso com a profundidade que ele exige – declarou.

Partidos têm até terça para indicações

O prazo dado pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, para que as lideranças dos partidos indiquem membros para a CPI dos sanguessugas vai até terça-feira. Depois disso, a comissão escolherá seu presidente, que será um deputado, que indicará o relator, um senador.

Para Renan, apesar do ano eleitoral, nada atrapalhará a CPI, como as comissões de inquérito não atrapalham os trabalhos do Congresso. Ele lembrou que em 2005, ano das CPIs dos Correios, do Mensalão e dos Bingos, o Congresso aprovou 57% de proposições de iniciativa parlamentar, "o maior índice dos últimos 18 anos".

A CPI tem 180 dias, mas seus membros poderão reduzir o prazo para 30 dias. Assim como Paim, Alvaro Dias (PSDB-PR) e Arthur Virgílio consideraram o prazo suficiente, pois tanto o Ministério Público quanto a Polícia Federal já estão investigando as fraudes. Para Alvaro Dias, a CPI serve para complementar e dar mais transparência às investigações.

Corregedor do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP) disse que recebeu uma cópia da investigação feita pelo delegado federal Tardelli Boaventura sobre a chamada "máfia das ambulâncias".

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) assinalou que a população deseja saber quem são os parlamentares envolvidos no superfaturamento de ambulâncias. "Por isso, não aceitaremos que se tente impedir a convocação e a tomada de depoimentos de parlamentares e funcionários de qualquer órgão público", declarou.

PLENÁRIO

Cristovam pede estudantes na reforma universitária

Cristovam Buarque

Cristovam Buarque (PDT-DF) pediu aos estudantes que participem das discussões sobre a reforma universitária, que está na Câmara, seguindo o exemplo dos estudantes secundaristas chilenos – que recentemente fizeram uma greve pela nacionalização da educação.

– Faço um apelo aos jovens: pensem na reforma para que ela atenda às necessidades do Brasil. Parem as aulas para discutir o projeto. Não deixem o Congresso sozinho para fazer a reforma.

Para ele, a reforma deve levar em conta a educação básica, que ficará com apenas um quarto dos recursos, sendo que o restante vai para as universidades.

Lúcia Vânia alerta: dívidas sufocam aposentados

Lúcia Vânia (PSDB-GO) afirmou que o empréstimo bancário para aposentados, criado no governo Lula, transformou-se "num pesadelo para milhões de beneficiários do INSS que tomaram dinheiro a juros exorbitantes". Segundo ela, a inadimplência entre os idosos cresceu assustadoramente.

– Pior ainda é a campanha do governo que lança a culpa do déficit da Previdência exclusivamente sobre as aposentadorias e pensões, que, em sua maioria, são de um salário mínimo – ressaltou a parlamentar.

Com dados da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência (Anfip), ela sustenta que "o rombo" de 2005 na Previdência está superestimado.

– Segundo a Anfip, R$ 3,1 bilhões em benefícios foram devolvidos aos cofres da Previdência porque não foram sacados. Com a devida contabilização, o déficit cairia para R$ 34,5 bilhões, quase 10%.

Paim defende reajuste de 16,7% nas aposentadorias

Paulo Paim (PT-RS) disse esperar que o Senado aprove esta semana o reajuste de 16,7% para aposentados e pensionistas previsto no Projeto de Lei de Conversão 18/06. "Nos últimos dez anos, as perdas salariais chegaram a 71,5% e é justamente para essa idade que a inflação é mais alta, porque eles têm gastos maiores com tratamentos e remédios", afirmou Paim.

O impacto nas contas do governo, lembrou, será de cerca de R$ 4 bilhões, mas beneficiará mais de 12 milhões de famílias. "Com isso, teremos mais pessoas recebendo dinheiro e comprando, haverá mais produção e, conseqüentemente, mais empregos", explicou.

Paim defendeu ainda votação urgente de seu projeto que acaba com o fator previdenciário no cálculo dos benefícios da aposentadoria (PLS 296/03) por representar prejuízos de 41,5% para as mulheres e de 35% para os homens.

Meio ambiente

RECURSOS HÍDRICOS ONU prevê quadro dramático em 50 anos, mas, para muitos, problema maior é a poluição

Escassez de água já afeta 1,1 bilhão

JORNAL ESPECIAL DO SENADO

Enquanto a população mundial triplicou no século 20, o consumo de água aumentou seis vezes. Nos próximos 50 anos, a Organização das Nações Unidas (ONU) estima que a população vá crescer de 40% a 50%, quando o globo atingirá a cifra de 10 bilhões de moradores e mais de 45% deles não poderão contar com a porção mínima individual de água para necessidades básicas.

Essa elevação, associada à industrialização e crescente urbanização, provocará aumento de demanda por água potável, que é uma das mais sérias ameaças ao desenvolvimento e à paz no planeta, na visão do Conselho Mundial da Água, criado em 1996 e sediado em Marselha, na França.

– A ONU considera que cada pessoa precisa de pelo menos 50 litros diários de água, para beber, tomar banho, cozinhar e outras necessidades. Atualmente, mais de 1,1 bilhão de pessoas já não contam com esse mínimo. Para 2025, espera-se que essa cifra aumente para dois terços – afirma Alex Kirby, especialista em meio ambiente da rede britânica de comunicação BBC.

Aprende-se na escola que 70% da superfície da terra são cobertos por água. E que 97% dessa água estão nos oceanos, portanto, é salgada e imprópria para consumo humano ou mesmo para uso em irrigação. Dos 3% restantes de água potável, apenas um décimo está em rios e lagos – os outros 90% estão congelados.

Mesmo diante da realidade desses números, muitos especialistas consideram que a "ameaça iminente de escassez" não passa de "mistificação". O geólogo gaúcho Pedro Jacobi, que trabalhou em projetos geológicos e de prospecção em três continentes, diz que os dados da ONU sobre o assunto promovem "histeria coletiva".

> *Cada pessoa precisa de pelo menos 50 litros diários de água, segundo a ONU*

– Apesar de termos a impressão de que a água está desaparecendo, a quantidade de água na Terra é praticamente invariável há centenas de milhões de anos. O que muda é a sua distribuição e seu estado – explica Jacobi, articulista do *site www.geologo.com.br*.

Esta semana, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA) deverá votar projeto de lei (PLS 176/05), de autoria do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), que prevê a utilização, sempre que possível, de mensagens de advertência sobre os riscos de escassez da água doce em equipamentos, embalagens e propagandas de produtos de limpeza.

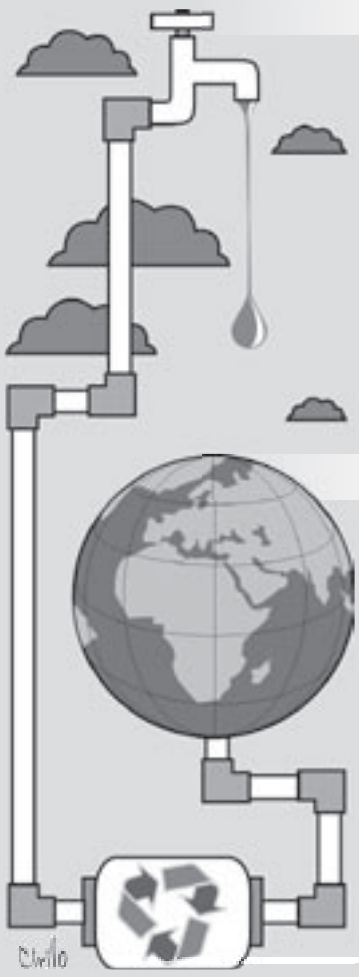
Como sair da crise?

Soluções que estão sendo ou serão praticadas em breve

Tratamento de águas servidas: no processo de gerenciamento de águas esse é um ponto fundamental. Os países mais desenvolvidos estão investindo pesado nesse campo. No Brasil, cidades como Brasília estão se destacando no tratamento e reaproveitamento dessas águas.

Captação das águas da chuva: em países com estações chuvosas é possível maximizar os reservatórios e estoques de água pelo uso inteligente da água de precipitação. Por exemplo: somente a água que é precipitada na Grande São Paulo durante os meses de janeiro a março é superior em volume a todo o consumo dessa cidade em um ano.

Dessalinização das águas do mar e de aqüíferos subterrâneos com salinidade elevada: será a solução para vários países que tenham capital, tecnologia e acesso a água salgada. Mas a água potável gerada por essas usinas ainda será um produto caro e, naturalmente, inacessível a muitos.



Distribuição da água no planeta

Origem	Volume (km³)	(%)
Oceanos	1.370.000	97,61
Calotas polares e geleiras	29.000	2,08
Água subterrânea	4.000	0,29
Água doce de lagos	125	0,009
Água salgada de lagos	104	0,008
Água misturada no solo	67	0,005
Rios	1,2	0,00009
Vapor d'água na atmosfera	14	0,0009

Números sobre a água no mundo

1,1 bilhão de pessoas não têm acesso a água potável, ou um sexto da população mundial. No Brasil, são 22,6 milhões

2,6 bilhões não têm acesso a saneamento básico, ou mais de dois sextos de todos os habitantes do planeta

1,8 milhão de pessoas morrem diariamente de desidratação, diarréia e outros problemas decorrentes da falta d'água, das quais 90% são crianças de até cinco anos

Doenças transmitidas por água contaminada matam uma criança a cada 15 segundos no mundo

70% da água que se utiliza no mundo se destinam à agricultura

Entre 15% e 35% da água retirada para irrigação excedem a taxa de oferta local e são, portanto, insustentáveis.

Fonte: ONU e Conselho Mundial da Água, dados de 2004

ANA VOLPE/JORNAL DO SENADO

Cena comum em grandes cidades, frentista lava carro sem parcimônia: ambientalistas avaliam que é preciso eliminar subsídios para evitar desperdício no uso da água

RECURSOS HÍDRICOS Brasil decuplicou o consumo *per capita*, mas milhões ainda não têm acesso a água potável

Meio ambiente

ANA VOLPE/JORNAL DO SENADO

Para o Conselho Mundial da Água, consumo doméstico é 10% do total, contra 66% da agricultura e 20% da indústria. Outros 4% evaporam naturalmente

Gasto maior está na agricultura

O principal uso da água é, sem dúvida nenhuma, na agricultura. O Conselho Mundial da Água estima que o setor seja responsável por 66% do consumo, cabendo à indústria 20%, ao consumo doméstico 10% e outros 4% à evaporação natural nos reservatórios.

São necessárias mil toneladas de água para produzir uma tonelada de grãos

São necessárias mil toneladas de água para produzir 1 tonelada de grãos. Por isso, numa economia mundial cada vez mais integrada, a importação de grãos tem sido usada por muitos países ricos para superar seu déficit hídrico e "comprar" água dos países em desenvolvimento.

Dados citados pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) revelam que os lençóis freáticos estão hoje diminuindo nas principais regiões produtoras de alimentos, como a planície norte da China, o Punjab na Índia e o sul das grandes planícies dos Estados Unidos.

Na visão dos ambientalistas, da mesma forma que o mundo elevou a produtividade da terra há meio século, quando as fronteiras agrícolas foram expandidas, agora a questão crucial é aumentar a produtividade hídrica. A mudança para tecnologias, lavouras e formas de proteína animal mais eficientes em termos de economia de água são meios para se alcançar esse objetivo, que deve começar pela valorização da água como "produto".

Por esse raciocínio, o primeiro passo é eliminar os subsídios da água, que incentivam a ineficiência e o desperdício. O segundo passo é aumentar o preço da água, para refletir seu custo.

No subsolo, uma reserva gigantesca

O Brasil é altamente privilegiado em termos de disponibilidade hídrica global: um volume médio anual de 8.130km³, que representa 50.810m³ por habitante. Porém, a distribuição de água no Brasil, como se sabe, é bastante irregular. De todo modo, com exceção dos estados situados no semi-árido do Nordeste, há em praticamente todas as áreas do país gigantescas reservas de água, maiores ainda que aquelas contidas nos rios e lagos de superfície. São as reservas dos aqüíferos subterrâneos.

O maior do mundo é o Aqüífero Guarani, que ocupa uma área de mais de 1,2 milhão de quilômetros quadrados no coração do continente. Esse aqüífero pode conter mais de 40 mil quilômetros cúbicos de água – volume superior a toda a água contida nos rios e lagos do planeta – e estende-se pelo Brasil (Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com 840.000km²), Paraguai (58.500km²), Uruguai (58.500km²) e Argentina (255.000km²).

A água do Guarani já abastece comunidades nos estados do Sul-Sudeste do país. Estima-se que o aqüífero receba por ano 160 quilômetros cúbicos de água adicionais vindos da superfície. O desafio é impedir que essas águas estejam poluídas, para não haver riscos de contaminação.

O desafio é enfrentar os riscos de contaminação dos aqüíferos

– Somente esse fato poderia significar que o abastecimento de água brasileiro estaria garantido, sem reciclagem e reaproveitamento por milhares e milhares de anos... Imagine então se fizermos reciclagem, tratamento e reaproveitamento eficientes. Teremos água para sempre – anima-se o geólogo Pedro Jacobi.

Para o especialista, o potencial de descoberta de aqüíferos, inclusive maiores do que o Guarani, é muito grande, pois três quartos dos 8,5 milhões de quilômetros quadrados do território brasileiro correspondem a bacias sedimentares como a do Paraná – unidades sedimentares porosas e permeáveis que podem formar excelentes aqüíferos de dimensões continentais.

Consumo no Brasil é muito inferior ao dos países ricos

JORNAL ESPECIAL DO SENADO

O consumo de água *per capita* varia de país para país e de lugar para lugar, sendo significativamente maior nos países desenvolvidos, comparativamente ao Brasil, onde o maior consumo – no Distrito Federal – ainda é 33% menor que o do Canadá, por exemplo.

Em regiões onde a situação de falta d'água já atinge índices críticos de disponibilidade, como nos países do continente africano, onde a média de consumo de água por pessoa é de 19 m³/dia, ou de 10 a 15 litros/pessoa. Já em Nova York, há um consumo exagerado de água doce tratada e potável. Lá, um cidadão chega a gastar 2 mil litros/dia.

Nova York gasta em média 2 mil litros por dia. Brasília, apenas 225

As águas públicas, que precisam de tratamento e transporte, têm distribuição diferente. Aproximadamente 60% dessa água serão usados para fins domésticos, 15% para fins comerciais e 13% em indústrias. O restante, para fins públicos e outras necessidades.

– No Brasil, o consumo de água *per capita* multiplicou-se por mais de dez ao longo do século 20. Mesmo assim, existem milhões de cidadãos sem acesso a água de qualidade. É necessário investimento significativo por parte das autoridades, que se não for efetuado poderá levar ao caos social derivado da falta d'água. Já nos outros países, onde além do problema de gerenciamento existe a falta de reservas de água, o problema poderá ser realmente gravíssimo no futuro próximo – avalia Pedro Jacobi.

Diferenças regionais

O consumo de água *per capita* varia de país para país e de lugar para lugar. Veja alguns exemplos

País	Consumo diário *per capita*
Escócia	410 litros
Estados Unidos/Canadá	300 litros
Austrália	270 litros
Brasil - Rio de Janeiro	140 litros
Brasil - Minas Gerais	124 litros
Brasil - Distrito Federal	225 litros
Brasil - Região Norte	140 litros

FORÇAS ARMADAS

DAVI EMERICH

Trabalho dos pelotões de fronteira nos rios da região: 25 mil homens para 5,2 milhões de km²

Exército na Amazônia precisa de recursos

O Comando Militar da Amazônia (CMA), com 25 mil homens, 124 unidades e forças terrestres em 62 localidades, é responsável pela proteção de 5,2 milhões de quilômetros quadrados e 11 mil quilômetros de fronteira com sete países, região que engloba números gigantescos como 20 mil quilômetros de cursos de rios navegáveis, 200 espécies de plantas diferentes por hectare, 1.400 espécies de peixes ou 1.300 espécies de pássaros. Ali vivem somente 13 milhões de pessoas, uma reduzida densidade demográfica de 3,2 habitantes por km².

Apesar de todo esse complexo "mundo" para cuidar, o CMA recebeu no ano de 2005 apenas R$ 6 milhões para fazer novos investimentos em suas atividades.

Essa foi a realidade verificada por um grupo de parlamentares – o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e dez deputados federais – que visitou algumas unidades do CMA, para acompanhar o trabalho desenvolvido pelo Exército, principalmente nas áreas de fronteira. Além de Manaus, onde fica a sede do comando e também unidades como o Centro de Instrução e Guerra na Selva (o Cigs) – referencial para o mundo e que já treinou não só brasileiros, mas centenas de soldados de outros países –, a comitiva visitou ainda instalações e postos ao longo das bacias dos rios Negro e Solimões, dentro do estado do Amazonas.

O general Raimundo Nonato de Cerqueira Filho, comandante do CMA, é explícito quando admite que o atual contingente de 25 mil homens é insuficiente para atender às demandas estratégicas da área.

– Há um vazio de poder na região. Sou responsável militar por quase a metade do Brasil e é impossível, com um efetivo tão pequeno, dar conta de tudo – avalia o comandante Raimundo Cerqueira.

Azeredo elogia trabalho e reclama atenção

Uma das características mais marcantes do Exército na Amazônia é a sua integração com as comunidades, particularmente as indígenas. Em vários lugares, como no 5° Pelotão de Fronteira de Maturacá, aos pés do Pico da Neblina (RR), as tropas são constituídas majoritariamente por índios.

Para o senador Eduardo Azeredo, a visita de três dias evidenciou a importância de valorizar o trabalho que o Exército desenvolve na região.

– Pudemos verificar em nossa viagem um trabalho militar muito dedicado em defesa da pátria, em pontos longínquos, onde o acesso é muito difícil. A presença dos soldados na Amazônia ajuda a manter as nossas divisas seguras frente a uma possível ameaça externa e, também, frente às modernas ameaças "transfronteiriças" representadas nos dias de hoje pelo tráfico de drogas e de animais, pelos atentados ao meio ambiente, pela exploração indevida de madeiras e de outros recursos naturais – explicou o senador.

Segundo Azeredo, é preciso maiores investimentos para que a estrutura de segurança na região atenda às crescentes demandas do novo cenário geopolítico, onde o crime organizado é uma ameaça ainda mais palpável do que uma improvável agressão externa.

Ele defende a destinação de mais recursos para o Calha Norte para que o projeto possa ser ampliado e permita reduzir, por exemplo, as enormes distâncias entre os atuais postos de fronteira (alguns afastados até 300 quilômetros). Também aponta o monitoramento do espaço aéreo brasileiro realizado pelo projeto Sivam (Sistema Nacional de Vigilância da Amazônia) como essencial para apoiar o trabalho desses pelotões em terra.

– Há pelo menos mais dois pelotões de fronteira para serem implantados e não há recursos. Os R$ 6 milhões recebidos pelo Comando Militar da Amazônia no ano passado não dão para fazer praticamente nada, nem sequer para comprar equipamentos mais sofisticados de controle. É importante que o governo tenha essa visão estratégica, bem como é imprescindível a mobilização parlamentar – disse Azeredo.

Isolados na selva, zelando pela população

Os pelotões de fronteira são uma espécie de vanguarda do CMA. Compostos em média por 50 soldados e oficiais, eles se distribuem em pontos estratégicos, quase sempre à beira dos grandes rios. Nenhum deles é acessível por estradas.

Isolados, os grupamentos estão preparados para experimentar as mais variadas adversidades. Eles são responsáveis, por exemplo, pela fiscalização de embarcações e, conseqüentemente, pelo controle do tráfico de drogas, da exploração ilegal de madeiras ou de outros recursos naturais, como animais silvestres. A principal tarefa dos pelotões, entretanto, é fiscalizar permanentemente a fronteira, checando marcos e acompanhando movimentos de caráter suspeito.

Integrado ainda por médicos e dentistas, entre outros profissionais, os pelotões acabam por servir de pólos catalisadores de povoamentos e de desenvolvimento. Em torno deles, é comum perceber o florescimento de pequenas vilas e, em vários lugares, como é o caso de Maturacá e Estirão do Equador, este no vale do Javari, na divisa com o Peru, já se incorporaram ao cotidiano dos povos indígenas.

– Mais de 90% do atendimento de saúde feito nos pelotões do Exército sob o nosso comando contempla a comunidade, com destaque para os povos indígenas – afirma o general Antônio Hamilton Martins Mourão, comandante da 2ª Brigada de Infantaria da Selva, em São Gabriel da Cachoeira (AM).

Pajés fazem "triagem" de pacientes nos hospitais

Com a sua mística, a Amazônia contamina tudo, até mesmo os parâmetros científicos e racionais que marcam o exercício da medicina. Contrariando todas as boas lições da academia, no hospital da guarnição do 5º Batalhão de Infantaria da Selva, na cidade de São Gabriel da Cachoeira (AM), antes do atendimento pela emergência médica, em muitos casos os pacientes, na maioria índios, são consultados primeiramente por pajés e, dependendo da gravidade da enfermidade, são então encaminhados aos ambulatórios.

Segundo o diretor da divisão médica do hospital, major Cid Sgardi, psiquiatra e militar, a presença dos pajés na unidade tem componente cultural, pois muitos pacientes negavam-se a fazer consultas diretamente com os médicos. Depois da chegada dos pajés, em número de três, a resistência dos índios diminuiu e a integração hospital-comunidade melhorou bastante. Para se ter uma idéia da importância do hospital para o enorme município (109 mil km²), ele conta com 22 médicos, sete farmacêuticos, 13 dentistas e outros profissionais de saúde. Atende todo mês uma média de 3.500 pessoas na emergência e 1.500 no setor de odontologia.

A mesma presença também é verificada em Tabatinga (AM), um município com 60 mil habitantes, sede do 8° Batalhão de Infantaria da Selva, onde o hospital militar é a única unidade de saúde existente. Com mais estrutura, prédio amplo de alvenaria, o hospital atende mais de 95% das consultas e intervenções cirúrgicas dos pacientes da comunidade, ficando o restante para a família militar.

O prestígio do hospital pode ser medido ainda pelas mulheres colombianas que se dizem brasileiras para poder ter seus partos realizados na unidade. Estão sob o controle do CMA sete hospitais militares na Amazônia, sem contar com as estruturas médicas dos pelotões.

DAVI EMERICH

Índios yanomamis apresentam dança em Maturacá, imediações do Pico da Neblina: integração do Exército com comunidades locais

Devoção à selva fortalece a coesão das tropas brasileiras

Selva! A palavra singela, de poucas letras, que se refere a porções territoriais ainda não necessariamente rasgadas pelo desenvolvimento, de grandes extensões no Brasil, aos poucos vai se firmando como uma expressão forte e popular em toda a Amazônia. Ela é ao mesmo tempo um cumprimento militar em todos os recantos amazônicos e uma espécie de grito de guerra nas formaturas que ocorrem nas dezenas de unidades vinculadas ao CMA, espalhadas em 62 localidades e envolvendo seis estados e partes do Maranhão e do Tocantins.

A expressão "selva!" junta-se a outro fato simbólico característico só da Amazônia, de não menor impacto emocional. A chamada Oração do Guerreiro de Selva, escrita pelo tenente-coronel da reserva Humberto Leal, constitui-se um importante fenômeno de catarse na Amazônia. Presente nas formaturas, ela leva soldados às lágrimas e gera um enorme grau de coesão no interior das tropas.

Sertanista cruzou a Amazônia e rompeu linha de Tordesilhas

No longínquo 28 de outubro de 1637, um fato estava fadado a marcar definitivamente a história do Brasil em seu longo e seguro processo de ocupação do que é hoje a Amazônia. O sertanista Pedro Teixeira, com uma expedição integrada por 1.200 índios de remo e peleja, 70 soldados portugueses, 47 canoas, mais algumas mulheres e curumins, totalizando mais de 2 mil pessoas, partiu de Cametá, no Pará, com dois objetivos bem claros: chegar a Quito, no então vice-reino do Peru, e, na viagem, fazer um reconhecimento pormenorizado do rio Amazonas.

A viagem foi um sucesso. A iniciativa de Pedro Teixeira rompeu o Tratado de Tordesilhas na prática e terras então espanholas passaram a ser controladas por portugueses. A pendência geopolítica, que se agudizou quando os reinos de Portugal e Espanha voltaram a se separar, só foi resolvida pelo Tratado de Madri, em 1750. Considerado o conquistador da Amazônia, Teixeira tem seu nome relembrado nos hinos militares cantados pelos soldados.

Voz do Leitor

RESPOSTA

"O cidadão quer participar da vida política, mas muitos senadores e deputados não respondem às cartas ou *e-mails* que enviamos a eles. Por quê? Esses políticos que não dão um retorno ao eleitor não têm compromisso com os cidadãos brasileiros, dos quais somente se lembram em época de eleição."
Júlio César Cardoso, de Porto Alegre (RS)

RESPEITO

"Quando os que mandam perdem a vergonha, os que obedecem perdem o respeito."
Agostinho Braz de Oliveira, de Balneário Camboriú (SC)

CIDADANIA

"O **Jornal do Senado** sempre foi um referencial de cidadania e informação e um valoroso instrumento de acompanhamento da vida legislativa brasileira. Recebo-o em minha cidade com muito prazer e o considero fundamental para o trabalho cultural e educativo ao qual me dedico com a ONG Arte Brasil, da qual sou presidente. Parabenizamos a equipe do jornal por estar sempre inovando para seus leitores. O *Especial Cidadania,* por exemplo, ensina muito sobre temas variados e muito presentes na vida do brasileiro."
Aldo Moraes, de Londrina (PR)

SEGURANÇA E EDUCAÇÃO

"Gostaria de parabenizar o senador Renan Calheiros pelo projeto que visa à criação de um programa de subsídio habitacional para policiais e bombeiros militares (PLS 220/03). Realmente eles precisam e merecem. Tendo em vista o resultado das discussões que mostram que a criminalidade está relacionada, direta ou indiretamente, com falta de investimentos na educação, sugiro uma ampliação dos beneficiados pela proposta, incluindo-se também os professores."
Jovecilda Calazans, de Brasília (DF)

RODOVIA

"Gostaríamos que fossem tomadas providências com relação a um desmoronamento de barreira na PE-85, que fica entre Cortês e Barra de Guaribara (PE)."
Iberlon Gomes, de Cortês (PE)

CELULAR

"Senador José Agripino, sugiro a apresentação de um projeto de lei visando à possibilidade de as operadoras de celular instalarem torres em cidades de 10 mil habitantes."
Alex Araújo Medeiros, de Parnamirim (RN)

LEGISLAÇÃO

"Toda a legislação de um país deveria ter teor inibidor de problemas, porém, a legislação brasileira tem teor incentivador para que eles aconteçam."
Francisco Alves da Silva, de Campina Grande (PB)

MLST

"Gostaria de saber quem vai pagar o prejuízo causado pela baderna do MLST: o governo, nós, os contribuintes, ou os participantes do grupo?"
Alair Gualberto de Brito, de Formosa (GO)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) *ou telefone (0800 61-2211).*

Pergunte ao Senador

REFORMA AGRÁRIA

Edvan Cardoso Machado, de Viseu (PA)
"Senadora Ana Júlia, o que está sendo feito para aprovar os projetos da reforma agrária no Brasil?"

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) responde:

Caro Edvan, você que é do Pará sabe que muitos assentamentos foram criados pelos governos anteriores, mas sem infra-estrutura, estradas, água, luz ou assistência técnica. Na verdade, jogaram homens no meio do mato. O governo Lula está preocupado em garantir assistência aos assentados. O governo aumentou, no caso do Pará, em cinco vezes os recursos para crédito do Pronaf. Com isso, milhares de famílias estão tendo acesso ao crédito. Para o Plano Safra 2005/2006 foram destinados R$ 500 milhões só para o Pará. Foram R$ 9 bilhões para todo o país e R$ 10 bilhões garantidos para a próxima safra. Além disso, o governo Lula vai promover a regulamentação fundiária priorizando a Amazônia, em particular o Pará. Todos os posseiros que vivem em áreas com até cem hectares receberão títulos de posse, e quem ocupa áreas até 500 hectares receberá o direito de uso. Tudo isso vai trazer mais paz ao campo, diminuindo a violência e oferecendo maior acesso às políticas públicas e ao crédito. Essas medidas vão representar a regularização de 90% das posses que estão em terras públicas federais na região. Isso demonstra que o governo federal começa a realizar uma verdadeira revolução no campo. Temos também o programa Luz para Todos, que dá prioridade aos assentamentos e de fato tem chegado ao homem do campo. Trata-se, efetivamente, de uma reforma agrária. Ainda temos etapas a vencer, beneficiando com crédito, estradas e assistência técnica os agricultores que ainda não foram atendidos, mas hoje o número de pessoas excluídas desse processo é menor do que o das que já são beneficiadas.

JOGO DO BICHO

Daniel Henrique Miguel, de Poços de Caldas (MG)
"Senador Romeu Tuma, por que o jogo do bicho não é legalizado no Brasil? A quem interessa a clandestinidade desse jogo?"

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) responde:

É um prazer falar com você, Daniel. Não vou discutir a questão de ser contra ou a favor do jogo. Eu sou contra esse estado de coisas atual, em que a corrupção prevalece para que o jogo seja feito. O jogo do bicho é antigo. Depois foi proibido e continuou na clandestinidade, e bastante vivo, porque enriqueceu muita gente da criminalidade, e evoluiu para a prática de outros delitos. Hoje o bicho é considerado uma contravenção penal, mas as práticas ilegais cometidas por muitos que dirigem o jogo são criminosas. Na verdade o jogo está aberto. Temos a Loteria Esportiva, que é legal, patrocinada pela Caixa. Joga quem quiser, dentro da legalidade. Mas em relação a um jogo que está na clandestinidade é necessária uma análise para ver o que é melhor para o país e o cidadão. A Igreja Católica tem uma posição contrária à restauração do jogo porque se preocupa com as famílias. Então, precisamos discutir mais o assunto, o que não pode é deixar que a corrupção continue comandando o jogo do bicho.

Frases

"Podem vir quente que estamos fervendo. Aliás, podem vir fervendo que eu estou vulcânica"

Heloísa Helena, declarando não ter medo das candidaturas do tucano Geraldo Alckmin e do presidente Lula.

"É uma postura que me preocupa. Um povo que está perdendo o senso ético, o sentimento de cidadania e levando a política no vai-da-valsa. Que se mobiliza por causa de um jogo do Brasil contra a Croácia e não vem às ruas protestar"

Jefferson Péres, lamentando o fato de a população se mobilizar pelos jogos da Copa do Mundo, mas não para protestar contra a corrupção.

"Fazer uma emenda e brigar para liberá-la é legal. Mas é preciso apurar quem é o canalha que vendeu a sua emenda"

Romeu Tuma, defendendo a CPI que vai investigar os parlamentares que teriam ligações com o esquema de liberação de emendas para a compra de ambulâncias superfaturadas.

"Espero que as pessoas trabalhem pela CPI e os líderes atuem para que haja quórum, senão será uma exposição do Congresso"

Renan Calheiros, ao autorizar o funcionamento da CPI dos Sanguessugas.

"Futebol é o esporte mais popular e Heliópolis é a comunidade mais popular de São Paulo"

Aloizio Mercadante, ao explicar que a escolha da favela de Heliópolis para assistir a Copa não foi um ato populista.

"Os formadores de opinião estão atônitos, atarantados, confusos e desorientados"

Ana Júlia Carepa, sobre os resultados de levantamento do Ibope, que reforça a liderança do presidente Lula junto à população pobre nas pesquisas de intenção de voto para a Presidência da República.

"Os idosos não podem invadir o Senado; estão em casa assistindo à TV Senado"

Paulo Paim, ao defender o reajuste de 16,7% para os benefícios superiores a um salário mínimo recebidos por aposentados e pensionistas.

Fotos da Semana

MÁRCIA KALUME

JOSÉ CRUZ

JANE ARAÚJO

Ana Júlia Carepa (PT-PA), Serys Slhessarenko (PT-MT) e Iris de Araújo (PMDB-GO) personificaram no Plenário o sentimento patriota que toma conta do país em tempos de Copa do Mundo, em especial às vésperas da estréia da Seleção Brasileira. Com uma bandeira bordada sobre a blusa branca, ou com uma camiseta estampada com a bandeira, ou mesmo com o uniforme oficial da seleção canarinho, as senadoras demonstraram que, pelo menos no Senado, futebol é coisa de mulher.

TV exibe especial sobre aviação

A TV Senado comemora os cem anos do vôo inaugural de Santos Dumont exibindo *A paixão de voar,* no *Repórter Senado.* O programa vai mostrar o museu aeroespacial – memória da aviação no país –, a vocação do brasileiro para construir aviões e os segredos de uma atividade que emprega milhões de pessoas em todo o mundo. O especial será exibido às 22h45 desta sexta, às 16h e às 21h30 de sábado e às 22h de domingo.

Desde os primeiros modelos de Santos Dumont, o processo de fabricação das aeronaves mudou muito. De ofício de uns poucos aficionados, transformou-se em importante atividade econômica, geradora de empregos e de estratégias industriais. Como o Brasil formou cérebros e adquiriu tecnologia para se transformar num dos maiores centros produtores de aeronaves é outro destaque do documentário.

Serão mostrados também o Centro Tecnológico de Aeronáutica e o Instituto Técnico de Aeronáutica, ambos em São José dos Campos (SP), além de um retrato da Embraer, cujos aviões são procurados por países de todo o mundo.

Rádio debate reforma universitária

A edição desta segunda-feira do *Conexão Senado*, que vai ao ar às 12h pela Rádio Senado, irá analisar a proposta de reforma universitária encaminhada pelo Poder Executivo ao Congresso há cerca de dez dias. O texto trata, entre outros temas, de recursos, critérios para admissão de professores e exigências para que as instituições cumpram atividades de pesquisa.

Mais informações sobre a programação da Rádio e da TV Senado estão em *www.senado.gov.br/radio* e *www.senado.gov.br/tv*.

DOMÍNIO PÚBLICO

Cem anos do vôo inaugural de Santos Dumont em Paris são comemorados em *A paixão de voar*

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Fala Cidadão
3h - Idéias
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Idéias
5h30 - Fala Cidadão
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Especiais/Comissões
12h - Idéias
12h30 - Entrevista 3
13h - Cidadania 3
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Conversa de Músico
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

1h - Cidadania 4
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 4
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 1
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 1
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 2
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/ Comissões
19h30 - Cidadania 3/Comissões
20h30 - Entrevista 3
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

1h - Cidadania 3
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 3
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 4
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 4
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 1
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/ Comissões
19h30 - Cidadania 2/Comissões
20h30 - Entrevista 2
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

1h - Cidadania 2
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 2
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 3
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 3
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 4
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/ Comissões
19h30 - Cidadania 1/Comissões
20h30 - Entrevista 1
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 3
14h15 - Jornal do Senado
14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Conversa de Músico
22h - Debate Brasil/ Espaço Cultural
23h30 - Idéias
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

1h - Cidadania
2h - Idéias
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Fala Cidadão
4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Idéias
7h30 - Entrevista
8h - De Coração
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Idéias
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Fala Cidadão
13h30 - Cidadania
14h30 - Conversa de Músico
15h - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Entrevista
17h30 - Idéias
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Leituras
20h30 - Fala Cidadão
21h - Jornal do Senado
21h30 - Espaço Cultural
23h - Idéias
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural/ Entrevista

DOMINGO

1h - Cidadania
2h - Fala Cidadão
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Idéias
4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Fala Cidadão
7h30 - Entrevista
8h - Jornal do Senado
8h30 - De Coração
9h - Especiais
9h30 - Idéias
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Fala Cidadão
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Idéias
13h30 - Cidadania
14h30 - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Fala Cidadão
17h30 - Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Idéias
21h30 - Espaço Cultural
23h - Fala Cidadão
23h30 - De Coração
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Video Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Freqüência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Freqüência - 3.644,4 MHz

Freqüência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - ¾

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

6h - Matinas
7h55 - Cidadania Dia-a-dia
21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

7h - Crônicas Musicais
7h10 - Música e Informação
8h - Senado Notícias
8h30 - Plenário em Destaque
19h - Voz do Brasil
19h30 - Jornal do Senado
20h - Música e Informação
21h - Crônicas Musicais (reprise)
21h10 - Música e Informação
22h - Senado Notícias
24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

9h - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

7h - Música e Informação
9h30 - Música e Informação
21h - 180 anos do Senado
22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

9h - Senado Resumo
10h - Senado Notícias (reprise)
11h - Senado Resumo (reprise)
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
13h40 - Senado Notícias
14h - Música e Informação
18h - Senado Resumo
20h - Reportagem Especial
23h - Improviso Jazz (reprise)

SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira
9h - Prosa e Verso
10h - Especial (reprise)
11h - Música Erudita
12h - Senado Resumo (reprise)
13h40 - Música e Informação
15h - Autores e Livros
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
18h - Improviso Jazz
19h - Senado Resumo (reprise)
20h - Escala Brasileira

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
11h - Música do Brasil
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Prosa e Verso
17h - Reportagem Especial (reprise)
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM

Freqüência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Freqüência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

INTERNET

No endereço *www.senado.gov.br/radio*, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

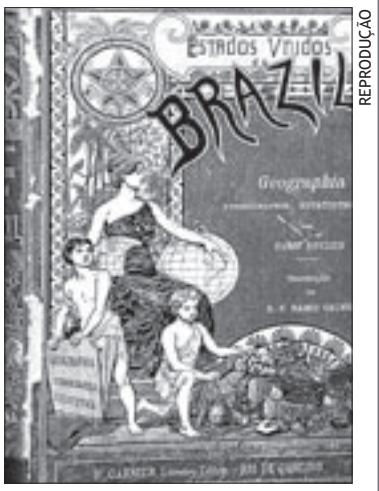
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na freqüência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder – 11 A2

A programação da Rádio e da TV Senado está sujeita a alterações em função do trabalho dos senadores no Plenário e nas comissões

SENADO

Informações sobre o Brasil na *Géographie Universelle*

Traduzida pelo historiador, educador e médico Benjamin Franklin Ramiz Galvão, esta obra traz a parte dedicada ao Brasil na publicação *Géographie Universelle* (1874-1894), do geógrafo francês Jean-Jacques Elisée Reclus, considerada a maior obra relativa a conhecimentos geográficos universais daquele tempo. Reclus a escreveu quando se encontrava exilado por sua participação na Comuna de Paris.



REPRODUÇÃO

RECLUS, Elisée. *Estados Unidos do Brasil:* geographia, ethnographia, estatistica; traducção e breves notas de B.-F. Ramiz Galvão e annotações sobre o territorio contestado pelo barão do Rio Branco. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1900. 488 p, 6 f. (algumas dobradas), il., mapas (alguns color.)

Historiador faz levantamento do trabalho escravo no país

Político brasileiro, historiador e um dos maiores jurisconsultos de sua época, com essa obra Agostinho Marques Perdigão Malheiros foi consagrado como o mais competente estudioso da escravidão no Brasil, na segunda metade do século 19, quando o sistema, com os entraves impostos ao tráfico negreiro, caminhava para a decomposição.

O estudo toma como base a legislação e constitui um levantamento minucioso do trabalho escravo no país, com análise do problema sob vários ângulos e com grande isenção.

MALHEIROS, Agostinho Marques Perdigão. *A escravidão no Brasil:* ensaio historico-juridico-social. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866-1867. 3 v.

As resenhas e as imagens de obras raras, veiculadas quinzenalmente neste espaço, foram produzidas pela Biblioteca do Senado. Mais informações podem ser obtidas no *site www.senado.gov.br/sf/biblioteca*, pelo *e-mail sbib@senado.gov.br* ou pelo telefone (61) 3311-3943.

SENADO

Artistas de todo o país expõem no Congresso

Cinqüenta e nove artistas de todos os estados do Brasil participarão de exposição no Salão Negro do Congresso entre 21 de junho e 14 de julho. Trata-se da segunda mostra *Artistas Brasileiros*, que em 2005 trouxe 80 telas de artistas dos 27 estados, escolhidos pelos senadores de cada unidade da Federação.

Entre os artistas que vão expor este ano estão Tomie Ohtake, indicada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP); Glênio Bianchetti, pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS); e Tânia Maia, pelo organizador do evento e presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL).

Para Renan, a arte, assim como a política, permite que cada povo expresse a sua visão de mundo e a sua riqueza cultural.

– A exposição *Artistas Brasileiros 2006* ajuda-nos, verdadeiramente, a conhecer ainda mais o universo de manifestação da nossa gente e da nossa cultura – disse o senador.

A mostra, que será aberta por Renan, ocorrerá nesta quarta-feira, às 10h, no Salão Negro do Congresso. A exposição ficará aberta das 9h30 às 17h. Visitas coletivas podem ser agendadas no número (61) 3216-1771.

Senado leva obras históricas à Feicotur

O visitante da Feira da Indústria, Comércio e Turismo (Feicotur), realizada no início do mês em Sobradinho (DF), teve oportunidade de conhecer as publicações da Secretaria de Editoração e Publicações do Senado.

Na programação levada à Feicotur, no domingo (dia 11), o senador Paulo Octávio (PFL-DF) autografou o livro *Por que Construí Brasília*, depoimento do ex-presidente Juscelino Kubitschek sobre a construção da capital federal. O diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, também visitou o estande.

O público pôde conhecer uma exposição de documentos chave da história do Brasil, como a Lei Áurea e as cartas de renúncia assinadas pelos ex-presidentes Jânio Quadros e Fernando Collor.

O Senado levou à feira cerca de cem títulos. Foram oferecidos ao público, a preços subsidiados, *Ensaios e Estudos,* de Capistrano de Abreu; *A Campanha de Canudos,* de Aristides Milton; e *O Ocaso do Império,* de Oliveira Viana.

De Cristovam Buarque (PDT-DF), foi distribuída a cartilha *Choque Social – Desafio para a Economia Brasileira*. De Valmir Amaral (PTB-DF), livro com detalhes de sua atuação parlamentar: *Relatório de Gestão 2000/2006*.

GERALDO MAGELA

Popó visita a Casa e anuncia patrocínio

O tetracampeão mundial de boxe na categoria superpena, Arcelino Popó de Freitas, visitou segunda-feira passada o Plenário do Senado na companhia de Magno Malta (PL-ES). O senador destacou o trabalho social do lutador na Bahia, onde possui academia de boxe para menores carentes. Após dois anos sem patrocinadores, Popó anunciou contrato com a Petrobras.

Aconteceu no Senado

Senado propôs grande festa em Brasília para a seleção tricampeã de 1970

Ao conquistarem definitivamente a Taça Jules Rimet com o tricampeonato mundial inédito, os jogadores brasileiros passaram a ser tratados como heróis.

Após a vitória por 4 a 1 contra a Itália, em 21 de julho de 1970 na Cidade do México (gols de Pelé, Gerson, Jairzinho e Carlos Alberto), o Senado também quis prestar sua homenagem.

O então senador Sigefredo Pacheco (Arena-PI) propôs, no dia 23, que o Congresso fizesse uma grande homenagem "aos rapazes".

– Nós, os legítimos representantes do povo, também devemos levar aos integrantes da seleção a gratidão, o reconhecimento e os aplausos de todos os brasileiros, de quem sempre devemos traduzir os sentimentos – afirmou.

O senador Wilson Gonçalves (Arena-CE) ponderou que a permanência em Brasília da seleção seria por tempo muito limitado.

– Está praticamente tomado pelas outras homenagens que serão prestadas, inclusive através de manifestações do povo desta capital – disse.

Já o senador Bezerra Neto (MDB-MT) reclamou que a Arena, tratando da campanha para as eleições, decidiu que seus candidatos deveriam explorar a conquista do tricampeonato.

– Custa crer, mas é verdade: ordenou-se a transformação do feito de nosso selecionado numa proeza do partido do governo! – denunciou Neto.

Como líder do governo, o senador Eurico Rezende (ES) retrucou. "O que se aconselhou é que, com base na vitória alcançada pelos tricampeões brasileiros, se procurasse caracterizar, diante do eleitorado, que o povo brasileiro não é uma gente inteiramente triste: ao contrário, vocacionado para as manifestações e as explosões de alegria". *(Com Cedoc Multimídia e Arquivo do Senado)*

ARQUIVO FOLHA IMAGEM

Os titulares de 1970: de pé, Carlos Alberto Torres, Brito, Piazza, Felix, Clodoaldo e Everaldo; agachados, Jairzinho, Gerson, Tostão, Pelé e Rivelino

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.
Reportagem: Alexandre Guimarães, Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.
Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Morais e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Sílvia Gomide e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 – Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF – CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Dependência de drogas é doença

Durante muitos anos e na maioria dos povos e culturas o uso abusivo de álcool e de outras drogas foi considerado falha de caráter, vício. Essa idéia dificultava muito o tratamento dos doentes, uma vez que a dependência química não era vista como problema de saúde.

Nem todos os usuários de drogas se tornam dependentes. Alguns seguem consumindo de vez em quando, enquanto outros não conseguem se controlar, usando a droga de forma abusiva. Ainda não se conhecem todas as causas da dependência e por isso não dá para saber, entre as pessoas que começam a usar drogas, quais serão usuários ocasionais e quais se tornarão dependentes.

Sabe-se que a pessoa se torna dependente possivelmente devido a uma memória que a droga cria no cérebro, ligada a situações emocionais e ambientais (familiares, sociais). Nessas situações, através de mecanismos desconhecidos, o indivíduo sente necessidade da droga.

Também uma maior predisposição biológica, que faz com que as drogas causem efeitos diferentes sobre o cérebro de cada usuário, tornando uns mais propensos à dependência que outros, pode explicar, em parte, o uso abusivo.

Há ainda a predisposição genética. Sabe-se, por exemplo, que a incidência de alcoolismo em filhos de pais alcoólatras é de três a quatro vezes maior do que entre os filhos de não-dependentes.

Na Classificação Internacional das Doenças (CID), a dependência de álcool e de todas as substâncias psicoativas está na categoria "transtornos mentais de comportamento", sendo considerada uma doença crônica e recidivante (o doente tem recaídas), caracterizada pela busca e consumo compulsivo de drogas.

Um quinto dos usuários fica preso ao vício

Segundo o Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (Obid):

- 60% das pessoas que usam drogas de forma abusiva não se tornarão dependentes;
- 20% delas voltarão a usar, mas sem dependência; e
- 20% progredirão para um quadro de dependência.

A síndrome de dependência é definida na CID como um estado físico e mental que inclui mudanças de comportamento e compulsão por ingerir droga, seja para experimentar seus efeitos ou para evitar o desconforto causado pela falta da substância.

Para o dependente, o uso da droga passa a ter importância muito maior do que aquilo que antes era prioridade ou fundamental na sua vida. É aquela fase em que a alegria e a excitação de quem está experimentando é substituída pela necessidade de ingerir e pelo sofrimento pela falta da droga.

Aos poucos o dependente vai deixando de trabalhar, estudar, sair, rejeitando interesses e atividades que antes eram o centro da sua vida, e vai se afastando da família. A vida dele passa a girar em torno de conseguir dinheiro para comprar, encontrar um lugar para usar e depois dormir para se recuperar e no dia seguinte começar tudo de novo.

Co-dependência atinge familiares e pode ser fatal

A co-dependência é uma doença emocional que pode atingir os familiares dos dependentes. Os co-dependentes são pessoas que vivem tentando "ajudar" o dependente, esquecendo de viver a própria vida, entre outras atitudes de auto-anulação.

Como a dependência, a co-dependência pode ser fatal, causando morte por depressão, suicídio, câncer. Por isso, junto aos grupos de ajuda aos dependentes químicos são criados grupos de ajuda aos familiares, uma vez que a dependência em geral compromete ou agrava a relação familiar.

ANA VOLPE/JORNAL DO SENADO

Mudanças de comportamento e compulsão pela droga são os principais sintomas da dependência

As difíceis primeiras horas de abstinência

Sempre que o dependente deixa de usar a droga, ele está sujeito a uma seqüência de sintomas chamada de síndrome de abstinência narcótica:

- **As primeiras quatro horas de abstinência:** ansiedade e comportamento de procura da droga.
- **As primeiras oito horas:** ansiedade, procura da droga, lacrimejamento, coriza intensa, bocejos freqüentes, suor excessivo, prostração, fraqueza.
- **As primeiras 12 horas:** ansiedade, procura da droga, lacrimejamento, coriza intensa, bocejos freqüentes, suor excessivo, prostração, fraqueza, dilatação das pupilas, tremores musculares, ondas de frio, ondas de calor, ereção dos pelos cutâneos, dores nos ossos e músculos.
- **Entre 18 e 24 horas de abstinência:** ansiedade, procura da droga, lacrimejamento, coriza intensa, bocejos freqüentes, suor excessivo, prostração, fraqueza, dilatação das pupilas, tremores musculares, ondas de frio, ondas de calor, ereção dos pelos cutâneos, dores nos ossos e músculos, insônia, náusea, vômito, muita inquietação, respiração e pulso acelerados, respiração profunda, aumento da pressão arterial, febre, dor abdominal.
- **Entre 24 e 36 horas:** ansiedade, procura da droga, lacrimejamento, coriza intensa, bocejos freqüentes, suor excessivo, prostração, fraqueza, dilatação das pupilas, tremores musculares, ondas de frio, ondas de calor, ereção dos pelos cutâneos, dores nos ossos e músculos, insônia, náusea, vômito, muita inquietação, respiração e pulso acelerados, respiração profunda, aumento da pressão arterial, febre, dor abdominal, diarréia, ejaculação/orgasmo espontâneos, perda de peso, desidratação.
- **Síndrome de abstinência no recém-nascido:** costuma ocorrer após 48 horas do parto de uma gestante viciada em narcóticos e inclui febre, tremor, irritabilidade, vômito, músculos enrijecidos, insuficiência respiratória, convulsão, choro agudíssimo, podendo muitas vezes causar a morte do bebê.

Como é tratada a síndrome de dependência química

O primeiro passo é tentar motivar o dependente a se submeter ao tratamento, já que o sucesso da terapia resulta totalmente da atitude dele.

O tratamento começa então com uma avaliação, levando em conta:

– quanto, como e onde se dá o consumo e de quais drogas;
– o envolvimento em atividades ilegais;
– o desempenho escolar, no caso dos adolescentes;
– a vida sexual e o possível envolvimento com prostituição e promiscuidade;
– alterações físicas e psicológicas causadas por intoxicação por drogas;
– completo exame clínico e neurológico (pensamento, memória, coordenação motora e verbal);
– avaliação da família e do contexto social (fatores importantes para o início e a manutenção do uso de drogas, assim como para o tratamento);
– outros casos de dependência na família;
– antecedentes familiares de abusos sexuais e de criminalidade relacionada ao uso de drogas;
– a forma como a família tem enfrentado tais situações.

O programa de tratamento é definido com base nas necessidades do paciente identificadas nessa avaliação inicial, em geral incluindo diferentes tipos de terapia, e pode ser realizado nos regimes de:

– internação em hospital, seguida de acompanhamento ambulatorial;
– tratamento ambulatorial; e
– tratamento em comunidades terapêuticas.

O programa pode incluir psicoterapia para o dependente e seus familiares e medicamentos aversivos (provocam reações desagradáveis quando a pessoa usa a droga); antagonistas (que anulam o prazer de usar); de substituição (provocam efeitos semelhantes ao da droga); de inibição do desejo de usar drogas; ou de prevenção de recaída, entre outros.

Embora um dos objetivos do programa seja a abstinência total da droga, ela não é o resultado final e sim uma porta ou ponte para a recuperação, uma vez que é necessário prevenir recaídas, preparando o paciente para retomar sua vida.

Redes de assistência aos dependentes e familiares

Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas
obid.senad.gov.br
Acesso aos Conselhos Estaduais Antidrogas e à Rede do SUS (Sistema Único de Saúde), clicando no caminho *Nossos Portais/Mundo Jovem/Recursos Comunitários* ou direto no endereço *http://obid.senad.gov.br/OBID/Portal/conteudo.jsp?IdPJ=4192&IdEC=5249*

Alcoólicos Anônimos
(11) 3229-3611
Av. Senador Queiroz, 101 – 2º andar – cjto. 205 – CP 3.180
São Paulo (SP) – CEP 01060-970
www.alcoolicosanonimos.org.br

Nar-Anon - Escritório Nacional
(21) 2283-0896 e 2263-6595
Rua 1º de Março, 125 – cjto. 801 – Centro – Rio de Janeiro (RJ)
CEP 20010-000
www.naranon.org.br

Federação Brasileira de Amor-Exigente (Febrae)
(19) 3252-2630
Travessa Álvares de Azevedo, 52 – Cambuí
Campinas (SP) – CEP 13025-030
www.amorexigente.org.br

Cruz Azul no Brasil
(47) 337-4200
Rua São Paulo, 3.424 – Itoupava Seca – Blumenau (SC)
CP 5.050 – CEP 89030-970
www.cruzazul.org.br

Pastoral da Sobriedade
(41) 339-1113
Rua Jacarezinho, 1.717 – Mercês
Curitiba (PR) – CEP 80810-130
www.sobriedade.org.br

Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas
(19) 3252-7919
Faz. Vila Brandina – CP 5.694
Campinas (SP) – CEP 13094-970
www.febract.org.br

Federação Nacional das Casas Dias (Fenacad)
(19) 3462-2732
Av. Bandeirantes, 600 – Bairro Machadinho – Americana (SP)
CEP 13478-700